

# **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

## **2026**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO  
MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI  
PREVDIB**

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
1.1. O PREVDIB .....	3
1.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS .....	4
1.3. OBJETIVO .....	4
1.4. BASE LEGAL.....	4
1.5. VIGÊNCIA .....	4
1.6. ESTUDO DE ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT .....	5
<b>2. CONTEÚDO .....</b>	<b>6</b>
2.1 MODELO DE GESTÃO.....	6
2.1.1 GOVERNANÇA .....	7
2.2.1 CENÁRIO ECONÔMICO .....	11
2.2.1.3 EXPECTATIVAS DE MERCADO.....	13
2.2.2 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.....	14
2.2.3 OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS .....	15
2.2.4 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO PARA 2026.....	16
2.3. CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E SELEÇÃO DE ATIVOS.....	17
1. Conformidade legal e credenciamento.....	18
2. Aderência à Estratégia de Alocação .....	18
3. Análise essencial do produto .....	18
4. Parecer técnico e deliberação.....	18
5. Monitoramento periódico.....	18
2.4. PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PERSEGUIDOS.....	18
2.5. LIMITES PARA INVESTIMENTOS EMITIDOS POR UMA MESMA PESSOA JURÍDICA .....	19
2.8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RETORNO DOS INVESTIMENTOS.....	26
2.9. VEDAÇÕES .....	27
2.10. PLANO DE CONTINGÊNCIA.....	27
2.12. RESGATE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM COTA NEGATIVA.....	28
<b>3. TRANSPARÊNCIA .....</b>	<b>29</b>
<b>4. DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>29</b>
<b>5. ANEXOS .....</b>	<b>32</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

### 1.1. O PREVDIB

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Dois Irmãos do Buriti (PREVDIB) é a unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS de Dois Irmãos do Buriti/MS, responsável pela administração dos recursos previdenciários e pela concessão e manutenção dos benefícios aos servidores públicos municipais e seus dependentes, nos termos da legislação federal e municipal vigente.

A atuação do PREVDIB está orientada por sua missão, que consiste em assegurar, por meio de gestão previdenciária e financeira eficiente, ética e transparente, o pagamento tempestivo e sustentável dos benefícios previdenciários, garantindo proteção social aos segurados e seus dependentes no curto, médio e longo prazos.

O PREVDIB norteia suas ações pelos seguintes valores institucionais:

- I – Responsabilidade na gestão dos recursos públicos e na tomada de decisão;
- II – Segurança e solvência do regime, com foco na preservação do patrimônio previdenciário;
- III – Transparência e prestação de contas à sociedade, aos segurados e aos órgãos de controle;
- IV – Ética e integridade, com observância aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência;
- V – Foco no segurado, buscando continuamente aprimorar a qualidade do atendimento e da informação previdenciária;
- VI – Governança e compliance, com adoção de boas práticas de controles internos e gestão de riscos.

No que se refere à sua estrutura administrativa, o PREVDIB conta, nos termos da legislação municipal, com instâncias de governança responsáveis pela definição de diretrizes, deliberação e fiscalização, tais como Conselho Curador, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, além de outras estruturas de apoio, a exemplo de Comitê de Investimentos o controle interno, exercido pela Unidade da Prefeitura e estamos implementando uma unidade de compliance.

Nos últimos exercícios, foram implementadas melhorias na gestão do PREVDIB, com destaque para o aperfeiçoamento dos mecanismos de governança e de controle dos investimentos, a padronização e ampliação da transparência dos relatórios encaminhados aos conselhos e aos segurados, o fortalecimento das rotinas de análise e acompanhamento da carteira de investimentos e a promoção de ações de educação previdenciária e financeira voltadas aos servidores. Tais iniciativas reforçam o compromisso institucional com a sustentabilidade de longo prazo do PREVDIB e com a observância das melhores práticas de gestão previdenciária e de investimentos.

## 1.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é o **documento que estabelece as diretrizes, fundamenta e norteia o processo de tomada de decisão de investimentos dos recursos previdenciários**, observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência. Estes objetivos devem estar sempre alinhados em busca do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (**“RPPS”**).

Além disso, a Política de Investimentos atua como instrumento de governança e de controle, ao padronizar critérios de seleção, alocação e monitoramento das aplicações financeiras, reduzindo subjetividades e promovendo maior eficiência na gestão. Ela assegura que as decisões sejam pautadas em parâmetros técnicos previamente definidos, em conformidade com a legislação aplicável e com a meta atuarial do plano, oferecendo maior previsibilidade ao fluxo de recursos e contribuindo para a sustentabilidade de longo prazo do RPPS.

## 1.3. OBJETIVO

A avaliação atuarial do PREVDIB com data-base em 31/12/2024 caracterizou o regime como um plano de longo prazo, com duração média do passivo de 18,54 anos, e apontou a existência de déficit atuarial, a ser equacionado por meio do plano de custeio e do cumprimento da meta atuarial estabelecida. Nesse contexto, a estratégia de investimentos deve buscar a compatibilidade entre o perfil e o prazo dos ativos, o comportamento esperado do passivo e o nível de risco admissível para o Regime. Portanto, o PREVDIB, no que tange à gestão dos investimentos durante o exercício de 2026, buscará **prioritariamente o cumprimento da meta atuarial estabelecida**, por meio de alocação coerente com o perfil do passivo e com as diretrizes desta Política, **sem prejuízo de aproveitar, de forma prudente e fundamentada, oportunidades de mercado que possam potencializar os rendimentos no longo prazo**, contribuindo para a melhoria da relação ativo–passivo e para a sustentabilidade do Regime.

## 1.4. BASE LEGAL

A presente Política de Investimentos obedece ao que determina a legislação vigente especialmente a **Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.963/2021 (“Resolução 4.963”)** e a **Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.467/2022 (“Portaria 1.467”)** que dispõem sobre as aplicações dos recursos dos RPPS.

## 1.5. VIGÊNCIA

A vigência desta Política de Investimentos compreenderá o ano de 2026 e deverá ser aprovada, antes de sua implementação, pelo órgão superior competente<sup>1</sup>, conforme determina o art. 5º da Resolução 4.963. O parágrafo primeiro do art. 4º da mesma Resolução preconiza que *“justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação”*.

## 1.6. ESTUDO DE ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT

Para a elaboração do diagnóstico da carteira de investimentos e definição da proposta de alocação de recursos do RPPS, foi adotada a metodologia de Asset and Liability Management (ALM).

O estudo de ALM desenvolvido para o PREVDIB consistiu na modelagem conjunta de três dimensões fundamentais: cenário macroeconômico, passivo atuarial e ativo financeiro; com o objetivo de projetar o equilíbrio de longo prazo entre o patrimônio e as obrigações futuras do regime.

A análise foi conduzida a partir das seguintes etapas metodológicas:

1. **Modelagem Atuarial:** estimativa dos fluxos de caixa previdenciários futuros, considerando dados cadastrais e premissas atuariais fornecidas pela assessoria atuarial;
2. **Modelagem Macroeconômica:** utilização de projeções de variáveis econômicas de longo prazo (taxa de juros, inflação e crescimento) com base em fontes como Banco Central, Anbima e CVM;
3. **Modelagem de Investimentos:** projeção de rentabilidade e volatilidade esperadas para cada classe de ativo, utilizando parâmetros históricos e taxas indicativas de mercado;
4. **Otimização da Carteira:** aplicação da moderna teoria de portfólios de Markowitz (1952), por meio da construção da fronteira eficiente, buscando a melhor combinação de ativos para atingir a rentabilidade real necessária, com o menor risco possível e dentro dos limites regulatórios definidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 e pela Portaria MTP nº 1.467/2022;
5. **Compatibilização Ativo-Passivo:** associação entre os vencimentos dos títulos públicos e os fluxos de pagamento de benefícios projetados, garantindo sincronia temporal e mitigação do risco de liquidez.

Complementarmente, o estudo incluiu análises de solvência baseadas em 1.000 simulações estocásticas do tipo movimento browniano, avaliando a probabilidade de o regime manter índices de solvência superiores a 1,0 (condição de equilíbrio atuarial) sob diferentes cenários de mercado.

Os resultados apontaram alta robustez do portfólio proposto, com probabilidade superior a 94% de manutenção da solvência em todos os cenários simulados. Tais evidências confirmam a adequada aderência entre os ativos e passivos previdenciários, bem como a eficiência da diversificação da carteira na mitigação dos riscos de mercado e na preservação da solvência de longo prazo do RPPS.

## 2. CONTEÚDO

O **art. 4º da Resolução 4.963**, que versa sobre a Política de Investimentos, traz o seguinte texto:

**Art. 4º.** Os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social, antes do exercício a que se referir, deverão definir a política anual de aplicação dos recursos de forma a contemplar, no mínimo:

**I** - o modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de pessoas jurídicas autorizadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras;

**II** - a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos;

**III** - os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos nesta Resolução;

**IV** - os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica;

**V** - a metodologia, os critérios e as fontes de referência a serem adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º;

**VI** - a metodologia e os critérios a serem adotados para análise prévia dos riscos dos investimentos, bem como as diretrizes para o seu controle e monitoramento;

**VII** - a metodologia e os critérios a serem adotados para avaliação e acompanhamento do retorno esperado dos investimentos;

**VIII** - o plano de contingência, a ser aplicado no exercício seguinte, com as medidas a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos nesta Resolução e dos parâmetros estabelecidos nas normas gerais dos regimes próprios de previdência social, de excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos.

A **Seção II da Portaria 1.467** reforça, a partir do art. 102, o que determina a Resolução 4.963 e traz maior detalhamento do conteúdo a ser abordado na Política de Investimentos.

A presente Política de Investimentos abordará, a seguir, cada um dos tópicos supracitados considerando o que determinam as duas normas.

### 2.1 MODELO DE GESTÃO

A **Portaria 1.467** traz no **art. 95** a seguinte redação:

**Art. 95.** A gestão das aplicações dos recursos dos RPPS poderá ser própria, por entidade autorizada e credenciada, ou mista, nos seguintes termos:

I - **gestão própria**, quando a unidade gestora realiza diretamente a execução da política de investimentos da carteira do regime, decidindo sobre as alocações dos recursos, inclusive por meio de fundos de investimento;

II – **gestão** realizada exclusivamente por pessoa jurídica devidamente registrada e autorizada para administração de recursos de terceiros pela CVM; e

III - **gestão mista**, quando parte da carteira do RPPS é gerida diretamente pela unidade gestora e parte por instituições contratadas para administração de carteiras de valores mobiliários.

**O RPPS adota o modelo de gestão própria. Isso significa que as decisões são tomadas pela Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos e Conselho, sem interferências externas.**

### **2.1.1 GOVERNANÇA**

A estrutura de governança do PREVDIB, no que se refere à gestão dos investimentos, é composta pela Unidade Gestora, pelo Comitê de Investimentos, pelo Conselho Curador, pelo Conselho Fiscal e pela consultoria de investimentos contratada, observando-se as disposições da Portaria MTP nº 1.467/2022 e da legislação municipal aplicável.

O Conselho Curador é o órgão máximo do RPPS no âmbito da governança, competindo-lhe aprovar esta Política de Investimentos, acompanhar a gestão dos recursos previdenciários e deliberar sobre matérias estratégicas, por meio de reuniões periódicas, em conformidade com o art. 72 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

O Conselho Fiscal constitui o principal órgão de controle interno do RPPS, atuando no acompanhamento da gestão econômico-financeira do regime, examinando balanço anual, balancetes e demais atos de gestão, verificando o cumprimento das premissas e dos resultados da avaliação atuarial, bem como o cumprimento do plano de custeio, especialmente quanto ao repasse das contribuições e aportes previstos.

No âmbito da execução desta Política de Investimentos, o PREVDIB conta com Gestor de Recursos formalmente designado, atualmente exercido pelo Diretor Financeiro do Instituto, responsável pelas movimentações financeiras e pela operacionalização das decisões do Comitê de Investimentos, nos limites aqui estabelecidos e na forma do Regimento Interno do Comitê.

O Gestor de Recursos possui formação superior e certificação profissional compatível com a complexidade das atribuições, destacando-se as seguintes certificações: Profissional ANBIMA Especialista em Investimentos – CEA e CPA-10, Profissional Dirigente – Nível Avançado (CP RPPS DIRIG III) e Gestor de Recursos e Membro de Comitê de Investimentos – Nível Avançado (CP RPPS CGINV III).

Nos termos do Regimento Interno, é facultado ao Gestor de Recursos, para fins de gestão de liquidez, efetuar resgates de investimentos de até 2% (dois por cento) do patrimônio líquido do PREVDIB para pagamento de benefícios e realizar aplicações de até 2% (dois por cento) do patrimônio líquido em ativos financeiros já existentes na carteira, independentemente de

deliberação prévia do Comitê de Investimentos, devendo tais atos ser posteriormente reportados e submetidos ao colegiado.

O Comitê de Investimentos do PREVDIB é órgão autônomo, de caráter deliberativo, responsável pela elaboração e execução das políticas e estratégias de alocação de ativos, bem como pela análise, avaliação, gerenciamento e decisão sobre as aplicações dos recursos do RPPS, nos termos de seu Regimento Interno.

O Comitê é composto por 05 (cinco) membros titulares: o Diretor-Presidente do PREVDIB, o Diretor-Financeiro (que atua como Gestor de Recursos), um representante do Poder Executivo Municipal, um representante do Poder Legislativo Municipal e um representante dos servidores ativos, todos formalmente designados e com vínculo ao ente federativo ou à unidade gestora, atendidos os requisitos de escolaridade e certificação previstos na norma.

No que se refere à qualificação técnica, 4 (quatro) dos 5 (cinco) membros do Comitê de Investimentos possuem certificação “Profissional RPPS – Gestor de Recursos e Membro do Comitê de Investimentos – Nível Básico” e 1 (um) membro possui certificação ANBIMA CPA-10, assegurando que as decisões colegiadas sejam tomadas com base em conhecimentos específicos de finanças, investimentos e gestão de recursos previdenciários.

Compete ao Comitê de Investimentos, entre outras atribuições definidas em Regimento Interno: analisar conjuntura e cenários de mercado; traçar estratégias de composição da carteira e definir a alocação dos ativos; avaliar previamente os riscos potenciais das aplicações; acompanhar o desempenho da carteira em relação aos objetivos e limites estabelecidos nesta Política; elaborar e propor atualizações da Política de Investimentos; atuar na etapa de credenciamento e seleção de instituições financeiras e produtos; e zelar pelo atendimento às normas vigentes.

O Comitê de Investimentos reúne-se ordinariamente com periodicidade mensal e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação na forma do Regimento Interno, sendo suas decisões tomadas por maioria simples, com registro em ata e voto de desempate do Presidente, assegurando transparência, rastreabilidade e colegialidade às deliberações.

Para balizar suas decisões, o Comitê poderá solicitar pareceres, estudos e análises de profissionais e instituições externas, tais como a consultoria de investimentos contratada, outros regimes próprios de previdência social, instituições financeiras, distribuidores, gestores ou administradores de fundos de investimento. As decisões finais, entretanto, permanecem restritas às instâncias de governança do PREVDIB – Diretoria, Comitê de Investimentos e Conselhos – nos termos desta Política e da legislação aplicável.

Por fim, o PREVDIB conta com serviço de consultoria de investimentos prestado pela empresa Matias e Leitão Consultores Associados Ltda., sob o nome fantasia “LEMA Economia & Finanças”, CNPJ nº 14.813.501/0001-00, registrada na Comissão de Valores Mobiliários, contratada para análise, avaliação e assessoramento técnico dos investimentos do PREVDIB. A consultoria atua em conformidade com a legislação que rege os RPPS, elaborando análises de cenário, estudos de carteira e recomendações de alocação voltadas à otimização da carteira de

investimentos, observados os objetivos e limites desta Política e sem incorrer em níveis de risco incompatíveis com o perfil do Regime

#### **2.1.1.1. Política de Alçadas**

Com o objetivo de conferir segurança, transparência e colegialidade às decisões de investimento, ficam estabelecidas as seguintes alçadas de decisão para credenciamento de produtos e para a realização de aplicações e resgates:

##### **I – Credenciamento de instituições e produtos**

a) Compete ao Comitê de Investimentos analisar e aprovar o credenciamento de instituições financeiras, gestores, administradores e produtos de investimento (fundos, títulos e demais ativos permitidos à carteira do PREVDIB), observados os requisitos desta Política, da legislação vigente e do Regimento Interno do Comitê de Investimentos.

b) Os produtos somente poderão receber recursos do PREVDIB após aprovação formal do credenciamento pelo Comitê de Investimentos e registro em ata.

##### **II – Aplicações em novos produtos**

a) Considera-se novo produto todo ativo ou fundo de investimento ainda não integrante da carteira do PREVDIB na data da decisão de alocação.

b) As aplicações iniciais em novos produtos deverão ser previamente deliberadas e aprovadas pelo Conselho Curador, após análise e parecer do Comitê de Investimentos, observado o enquadramento desta Política e das normas dos RPPS.

##### **III – Aplicações e movimentações em produtos já integrantes da carteira**

Para aplicações adicionais e resgates em produtos já integrantes da carteira de investimentos do PREVDIB, as alçadas de decisão observarão os seguintes níveis, tomando-se como referência o percentual do patrimônio líquido (PL) do PREVDIB na data da deliberação:

##### **a) Até 2% (dois por cento) do PL:**

Compete ao Gestor de Recursos (Diretor Financeiro), que poderá realizar, de forma autônoma, aplicações e resgates em produtos já credenciados e integrantes da carteira, para fins de gestão de liquidez, rebalanceamento e manutenção da estratégia definida, devendo tais operações ser comunicadas e submetidas à ciência do Comitê de Investimentos na primeira reunião subsequente.

##### **b) Acima de 2% (dois por cento) e até 20% (vinte por cento) do PL:**

Compete ao Comitê de Investimentos deliberar sobre aplicações e resgates, por maioria de votos, com registro em ata, tomando por base análise de cenário, de risco e de aderência às diretrizes desta Política.

**c) Acima de 20% (vinte por cento) do PL:**

Compete ao Conselho Curador deliberar sobre aplicações e resgates que impliquem alocação ou realocação de montante superior a 20% do patrimônio líquido do PREVDIB, após parecer do Comitê de Investimentos, resguardados os limites de diversificação e de concentração estabelecidos nesta Política e na regulamentação vigente.

**Parágrafo único.** As alçadas estabelecidas neste item não afastam a observância dos limites de concentração e de diversificação por emissor, por instituição e por produto previstos na Resolução CMN Nº 4.963/2021, e nesta Política de Investimentos, que deverão ser respeitados em qualquer decisão de aplicação ou resgate.

**2.2 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO**

Conforme exposto no inciso II do artigo 102, no que se refere à definição da estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos, deverá a unidade gestora considerar entre outros aspectos, o cenário econômico, o atual perfil da carteira, verificar os prazos, montantes e taxas de obrigações atuariais presentes e futuras do regime, de forma a definir alocações que visam manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do RPPS, definir os objetivos da gestão de investimentos, além de uma estratégia alvo de alocação com percentuais pretendidos para cada segmento e tipo de ativo, além de limites mínimos e máximos.

**O art. 2º da Resolução 4.963** determina que os recursos dos RPPS devem ser alocados nos seguintes segmentos de aplicação:

I – renda fixa

II – renda variável

III – investimentos no exterior

IV – investimentos estruturados

V – fundos Imobiliários

VI – empréstimos Consignados

São considerados investimentos estruturados:

I - fundos de investimento classificados como multimercado;

II - fundos de investimento em participações (FIP); e

III - fundos de investimento classificados como “Ações - Mercado de Acesso”.

**As aplicações dos recursos deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do RPPS.**

Para isso, deverão ser acompanhados, especialmente antes de qualquer aplicação que implique em prazos para desinvestimento – inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, os fluxos de pagamentos dos ativos assegurando o cumprimento dos prazos e dos montantes das obrigações do RPPS.

Tais aplicações deverão ser precedidas de **atestado** elaborado pela Unidade Gestora evidenciando a compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime, conforme determina o parágrafo primeiro do art. 115 da Portaria 1.467.

**A estratégia de alocação busca montar uma carteira de investimentos, focada na obtenção dos objetivos traçados nesta política, considerando o perfil de risco do RPPS, tomando como base o contexto econômico atual e projetado, o fluxo de caixa dos ativos e passivos previdenciários e as perspectivas de oportunidades favoráveis ao objetivo traçado, se resguardando de manter-se sempre dentro dos limites e preceitos técnicos e legais previstos nas normas de investimentos dos RPPS, de acordo com o previsto no artigo 102 da Portaria 1.467/2022.**

Para a formação do portfólio ideal, começaremos com uma breve abordagem do cenário econômico atual e projetado.

### 2.2.1 CENÁRIO ECONÔMICO

A economia brasileira iniciou o terceiro trimestre em desaceleração. O IBC-Br caiu 0,5% em julho, registrando o terceiro recuo consecutivo e refletindo retração generalizada na agropecuária, indústria e serviços. O indicador ainda acumula alta de 2,9% no ano e 3,5% em 12 meses. Os dados de confiança e produção confirmam o enfraquecimento da atividade: o PMI Composto recuou para 46,0 pontos em setembro, sinalizando contração, com quedas tanto na indústria (46,5) quanto em serviços (46,3). O ambiente de crédito restrito e a menor demanda, interna e externa, limitam o crescimento, embora a redução nos custos de insumos tenha amenizado a pressão sobre os preços e sustentado expectativas moderadamente positivas.

O mercado de trabalho segue robusto, com taxa de desemprego em 5,6%, mínima histórica da série. O número de ocupados alcançou 102,4 milhões, e o rendimento médio real permaneceu estável em R\$ 3.488. A confiança do consumidor subiu pelo terceiro mês consecutivo, atingindo 87,5 pontos.

No campo inflacionário, o IPCA avançou 0,48% em setembro, após recuo de 0,11% em agosto, acumulando alta de 5,17% em 12 meses. O resultado veio ligeiramente acima das projeções de mercado e foi influenciado pelo grupo Habitação (2,97%), em razão da alta de 10,31% na energia elétrica residencial, que exerceu o maior impacto individual no índice (0,41 p.p.). Em contrapartida, Alimentação e Bebidas (-0,26%) registrou a quarta queda consecutiva. Também contribuíram para a alta do indicador os grupos Vestuário (0,63%) e Despesas Pessoais (0,51%). Já Transportes apresentou estabilidade (0,01%), com altas nos combustíveis sendo compensadas pelas quedas nas passagens aéreas e no seguro de veículos.

Diante desse contexto, o Copom decidiu manter a Selic em 15,00% ao ano, reforçando o tom cauteloso e vigilante da política monetária. A ata da reunião destacou o ambiente externo incerto, a moderação da atividade doméstica e a persistência de núcleos de inflação acima da meta, ressaltando que a taxa básica deverá permanecer em nível contracionista enquanto for necessário.

Apesar do ambiente incerto, o fluxo de capitais segue positivo, com Investimento Direto no País de US\$ 7,9 bilhões em agosto e US\$ 69,0 bilhões em 12 meses, equivalente a 3,2% do PIB. O resultado evidencia a resiliência do investimento estrangeiro, sustentada por fatores como o diferencial elevado de juros e o contexto de incertezas globais.

No cenário internacional, a economia norte-americana segue em expansão moderada. O PIB cresceu 3,8% no segundo trimestre, mas os PMIs indicam perda de fôlego. Em setembro, o Fed realizou o segundo corte de juros do ciclo, reduzindo a taxa para o intervalo de 4,00% a 4,25% a.a., diante da desaceleração do mercado de trabalho e da inflação persistente.

Na Zona do Euro, a inflação subiu para 2,2% e o desemprego para 6,3%, com atividade heterogênea entre setores — serviços em leve alta e indústria em retração. O BCE manteve os juros em 2,0% a.a., adotando postura prudente.

Na China, os estímulos sustentaram leve estabilidade da atividade, com o PMI Composto em 50,6 pontos. O Banco Popular da China manteve a taxa básica em 3,0% a.a., aguardando resposta das medidas adotadas.

No campo geopolítico, destacou-se a assinatura do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a EFTA, que deverá ampliar o acesso a mercados e fortalecer o bloco regional, além do recente acordo pelo fim do conflito armado entre Israel e Hamas. Na segunda-feira, dia 13 de outubro, o presidente americano Donald Trump declarou o fim da guerra, com a libertação dos últimos reféns israelenses vivos, sob o acordo de cessar-fogo.

Devido ao cenário de juros no Brasil, os ativos mais conservadores, tendem a permanecer atrativos. As projeções indicam Selic terminal em 15% ao final deste ano, com possibilidade de início do ciclo de cortes no primeiro trimestre de 2026, levando a taxa para 12,25% ao término do período. Considerando a estimativa de IPCA em 4,28% para o final do próximo ano, conforme o último Relatório Focus divulgado pelo Banco Central, observa-se que ativos indexados aos juros — como fundos DI, fundos de crédito privado e títulos públicos e privados — devem continuar entregando retornos acima da meta atuarial, ainda que em níveis inferiores aos registrados em 2025.

Além disso, ao longo deste ano tem sido observado um fechamento da curva de juros, o que favoreceu o desempenho dos índices de renda fixa de maior *duration*, como IRF-M, IRF-M 1+, IMA-B e IMA-B 5+. Considerando a natureza do mercado de juros, que tende a antecipar movimentos de cortes por parte do Banco Central, existe a possibilidade — ainda que menos clara e concreta do que no caso dos ativos conservadores — de que tais investimentos se beneficiem desse ambiente e capturem ganhos adicionais por meio da marcação a mercado.

Outro segmento que pode se beneficiar, especialmente em um cenário de saída de recursos dos mercados de países desenvolvidos em direção a economias emergentes, como o Brasil, é o

mercado de ações doméstico. Apesar dos desafios estruturais enfrentados pelas companhias brasileiras e das incertezas adicionais associadas ao ano eleitoral de 2026, o fluxo de capitais tende a se manter, impulsionado pelos cortes de juros do Federal Reserve e pelos resultados positivos reportados pelas empresas listadas na B3. Nesse contexto, o movimento de alta do Ibovespa, observado até meados de 2025, pode se prolongar em 2026, trazendo ganhos adicionais para carteiras mais expostas ao risco de mercado.

As projeções para os mercados de ações internacionais em 2026 indicam um cenário de moderação, mas com oportunidades relevantes para investidores atentos às particularidades regionais. Nos Estados Unidos, espera-se que os cortes de juros pelo Federal Reserve sustentem o apetite por ativos de risco, favorecendo especialmente empresas de tecnologia e crescimento, ainda que riscos ligados à inflação persistente e tensões comerciais possam gerar volatilidade. Na Europa, a recuperação econômica tende a ser mais gradual, com ganhos concentrados em setores cíclicos e de valor, enquanto custos elevados de energia e pressões regulatórias continuam a limitar parte do avanço. Já na Ásia, a China deve mostrar sinais de estabilização após um período de fragilidade, apoiada em estímulos internos e maior consumo doméstico. O movimento de realocação de capitais de mercados desenvolvidos para emergentes pode reforçar a atratividade dessas regiões. Contudo, incertezas relacionadas a geopolítica, comércio internacional e câmbio permanecem no radar. Nesse contexto, 2026 tende a ser um ano de ganhos mais seletivos, exigindo estratégias de diversificação para capturar oportunidades sem ignorar os riscos globais.

De acordo com as projeções mais recentes do Relatório Focus, divulgado semanalmente pelo Banco Central, a economia brasileira deve apresentar arrefecimento nos próximos anos, refletindo os efeitos da política monetária ainda restritiva. O Produto Interno Bruto (PIB) é estimado em crescimento de 2,16% em 2025 e de 1,78% em 2026, sinalizando perda de dinamismo frente ao ciclo anterior. No que se refere à inflação, as expectativas para o IPCA vêm sendo gradualmente revistas para baixo em um contexto de desaceleração da atividade, projetando-se variação de 4,56% em 2025 e de 4,20% em 2026. Embora os números permaneçam acima do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3,0% a partir de 2025, para 2026 se situam dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Esse cenário indica que, ainda que o processo desinflacionário esteja em curso, o Banco Central deverá manter cautela na condução da política monetária, de forma a garantir a convergência das expectativas no médio prazo.

### 2.2.1.3 EXPECTATIVAS DE MERCADO

Mediana - Agregado	2025							2026						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,81	4,70	4,56	▼ (5)	151	4,53	117	4,28	4,27	4,20	▼ (2)	150	4,20	117
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,16	2,17	2,16	▼ (1)	117	2,15	79	1,80	1,80	1,78	▼ (1)	114	1,77	77
Câmbio (R\$/US\$)	5,48	5,45	5,41	▼ (1)	127	5,42	88	5,58	5,50	5,50	▬ (2)	123	5,50	86
Selic (% a.a)	15,00	15,00	15,00	▬ (18)	144	15,00	96	12,25	12,25	12,25	▬ (5)	143	12,25	95
IGPM (variação %)	1,02	0,87	0,89	▼ (7)	76	0,10	50	4,20	4,20	4,20	▬ (4)	74	4,15	49
IPCA Administrados (variação %)	4,77	4,97	4,92	▼ (1)	101	4,89	81	3,97	3,96	3,89	▼ (2)	98	3,85	78
Conta corrente (US\$ bilhões)	-68,32	-69,50	-70,80	▼ (3)	37	-71,33	22	-65,10	-66,00	-65,00	▲ (1)	37	-63,70	22
Balança comercial (US\$ bilhões)	64,60	61,15	61,99	▲ (1)	38	62,70	23	68,38	65,22	65,80	▲ (1)	38	66,70	23
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	70,00	70,00	70,00	▬ (45)	35	70,00	22	70,00	70,00	70,00	▬ (31)	35	70,00	22
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	65,80	65,77	65,80	▲ (2)	50	66,00	32	70,09	70,88	70,08	▬ (3)	49	70,10	32
Resultado primário (% do PIB)	-0,51	-0,50	-0,50	▬ (3)	59	-0,50	39	-0,60	-0,60	-0,60	▬ (10)	58	-0,54	39
Resultado nominal (% do PIB)	-8,50	-8,50	-8,50	▬ (7)	49	-8,50	33	-8,45	-8,40	-8,50	▼ (1)	48	-8,61	33

Fonte: Relatório Focus de 24/10/2025 (Banco Central)

## 2.2.2 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Atualmente, o RPPS detém um patrimônio de R\$ 41.836.888,01, distribuídos entre 20 fundos de investimento e 5 títulos adquiridos diretamente, sendo 2 públicos e 3 privados, conforme a seguinte distribuição:

ATIVO	SALDO R\$	%	DISP.	ENQUADRAMENTO
TÍTULOS PÚBLICOS	8.344.270,22	19,94%	-	7, I "a"
BB AUTOMÁTICO				
FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	4.773.525,00	11,41%	D+0	7, I "b"
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	2.743.154,41	6,56%	D+0	7, I "b"
BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA	2.036.631,55	4,87%	D+0	7, I "b"
REFERENCIADO DI BB TP IPCA I FI RF PREVID	1.516.403,93	3,62%	D+0	7, I "b"
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP FI RF	1.251.620,96	2,99%	D+0	7, I "b"
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TP FI RF	1.113.582,07	2,66%	D+0	7, I "b"
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RF PREVID	981.635,72	2,35%	D+0	7, I "b"
BB TP IPCA VI FI RF PREVID	465.055,09	1,11%	D+3	7, I "b"
BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC	211.320,88	0,51%	D+0	7, I "b"
MAG CASH FI RF LP BRADESCO	4.273.468,88	10,21%	D+0	7, III "a"
PREMIUM FI RF REF DI	3.160.442,56	7,55%	D+1	7, III "a"
VANQUISH FORTE ALOCAÇÃO	2.238.738,02	5,35%	D+0	7, III "a"
DINÂMICA FIRF LP BB FLUXO FIC RF PREVID	41.844,68	0,10%	D+76	7, III "a"
TÍTULOS PRIVADOS	4.219.175,83	10,08%	-	7, IV
SICREDI BAIXO RISCO FIC RF CP CLARITAS FI RF	1.116.679,09	2,67%	D+1	7, V "b"
CRÉDITO PRIVADO LP	528.359,52	1,26%	D+31	7, V "b"
PRÓPRIO CAPITAL FIA PLURAL	1.084.869,26	2,59%	D+3	8, I
DIVIDENDOS FIA RIO BRAVO	860.159,88	2,06%	D+3	8, I
PROTECAO PORT II FIF MULTIMERCADO	503.597,06	1,20%	D+3	10, I
- RESPONSABILIDADE LIMITADA				

CAIXA FIC HEDGE				
MULTIMERCADO	370.124,69	0,88%	D+1	10,1
LONGO PRAZO				
TOTAL	41.836.888,01	100,00%	-	-

Fonte: Uno. Carteira no fechamento de Setembro de 2025

### 2.2.3 OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS

O objetivo principal da gestão dos investimentos é buscar prioritariamente o cumprimento da meta atuarial estabelecida, por meio de alocação eficiente e aderente ao perfil do passivo, sem deixar de aproveitar, de forma prudente e em conformidade com esta Política, oportunidades de mercado que possam potencializar os rendimentos no longo prazo, tomando como referência a meta de rentabilidade definida, observando os princípios de segurança, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência. O RPPS também dispõe de condição de solvência regular e, conforme evidenciado na avaliação atuarial, teria solidez suficiente para realizar investimentos que vislumbrem o longo prazo e implique em um pouco mais de volatilidade.

Conforme indicado no Inciso IV do artigo 102 da Portaria 1.467/2022, no que se refere aos parâmetros de rentabilidade, deverá a gestão definir a meta de rentabilidade futura dos investimentos, buscar a compatibilidade com o perfil da carteira de investimentos do RPPS, tendo por base cenários macroeconômico e financeiros e os fluxos atuariais com as projeções das receitas e despesas futuras do RPPS e observar a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

A metodologia para projeção do “valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos” utilizada nessa Política, baseia-se nos índices de referência dos fundos enquadrados na Resolução CMN nº 4.963/2021, abrangendo Renda Fixa, Renda Variável, Investimento no Exterior e Multimercado. Para projeção de retornos dos índices ANBIMA, utilizam-se as taxas indicativas do fechamento do mês anterior, enquanto os pós-fixados (CDI) são projetados pelo vértice de 12 meses da curva de juros; já para os títulos de emissão privada considera-se 120% da projeção do CDI, em função do prêmio acima das negociações com títulos públicos. Para renda variável, o retorno é estimado a partir da média histórica dos últimos 60 meses: no Brasil, pelo Ibovespa; nos EUA, pelo S&P 500, podendo incluir ou não a expectativa cambial do Relatório Focus; e, no exterior, pelo MSCI World, também com ou sem ajuste cambial conforme o caso. Por fim, o resultado da análise de perfil do investidor (suitability) define se o RPPS será enquadrado como conservador, moderado ou agressivo, orientando a composição da carteira padrão para cada perfil.

A metodologia e os dados utilizados para a projeção estão expostos no anexo I desta Política. Assim, temos três possíveis cenários de retornos reais, considerando os diferentes perfis de investidores para os investimentos:

	Conservador	Moderado	Agressivo
Peso Renda Fixa	85,00%	80,00%	70,00%
Peso Demais segmentos	15,00%	20,00%	30,00%

MILP

9,24%

8,99%

8,50%

O resultado da análise do perfil de investidor (suitability) apontou o RPPS como MODERADO. Sendo, portanto, sua projeção de retorno real aqui considerada de 8,99%.

#### 2.2.4 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO PARA 2026

Considerando, portanto, o cenário econômico projetado, a alocação atual dos recursos, o perfil de risco evidenciado no suitability, os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do regime e as opções de investimentos previstas na Resolução 4.963, a **decisão de alocação dos recursos para 2026 deverá ser norteadada pelos limites definidos na tabela a seguir**, com o intuito de obter retorno compatível com a meta de rentabilidade definida, sem incorrer em elevado nível de risco na gestão dos investimentos.

A coluna de “estratégia alvo” tem como objetivo tornar os limites de aplicação mais assertivos, considerando o cenário projetado atualmente. No entanto, as colunas de “limite inferior” e “limite superior” tornam as decisões mais flexíveis dada a dinâmica e as permanentes mudanças que o cenário econômico e de investimentos vivenciam.

Segmento	Tipo de Ativo	Carteira Atual (R\$)	Carteira Atual (%)	Limite Resolução 4.963	Estratégia de Alocação Política de Investimento		
					Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, “a”.	8.344.270,22	19,94%	100,00%	10,00%	20,00%	50,00%
	FI Renda Fixa Referenciado 100% títulos TN - Art. 7º, I, “b”	15.092.929,61	36,08%	100,00%	20,00%	25,00%	90,00%
	FI em Índices de Renda Fixa 100% títulos TN - Art. 7º, I, “c”	0,00	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	10,00%
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa - Art. 7º, III, “a”	9.716.722,85	23,23%	60,00%	10,00%	10,00%	50,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, III, “b”	0,00	0,00%	60,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Ativos Bancários - Art. 7º, IV	4.219.175,83	10,08%	20,00%	5,00%	19,00%	20,00%
	FI Direitos Creditórios (FIDC) - sênior - Art. 7º, V, “a”	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa “Crédito Privado”- Art. 7º, V, “b”	1.645.038,61	3,93%	5,00%	1,00%	5,00%	5,00%
	FI “Debentures”- Art. 7º, V, “c”	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>39.018.137,12</b>	<b>93,26%</b>	-	<b>46,00%</b>	<b>79,00%</b>	<b>100,00%</b>
Renda Variável	FI Ações - Art. 8º, I	1.945.029,14	4,65%	30,00%	5,00%	10,00%	20,00%
	FI de Índices Ações - Art. 8º, II	0,00	0,00%	30,00%	0,00%	0,00%	10,00%
		<b>Subtotal</b>	<b>1.945.029,14</b>	<b>4,65%</b>	-	<b>5,00%</b>	<b>10,00%</b>
Investimentos no Exterior	FI Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I	0,00	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Investimento no Exterior - Art. 9º, II	0,00	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Ações - BDR Nível I - Art. 9º, III	0,00	0,00%	10,00%	0,00%	3,00%	10,00%
		<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>3,00%</b>
Investimentos Estruturados	FI Multimercado - aberto - Art. 10, I	873.721,75	2,09%	10,00%	0,00%	5,00%	10,00%
	FI em Participações - Art. 10, II	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	2,00%
	FI “Ações - Mercado de Acesso”- Art. 10, III	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%

	<b>Subtotal</b>	<b>873.721,75</b>	<b>2,09%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>5,00%</b>	<b>12,00%</b>
<b>Fundos Imobiliários</b>	FI Imobiliário - Art. 11	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	3,00%	5,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>3,00%</b>	<b>5,00%</b>
<b>Empréstimos Consignados</b>	Empréstimos Consignados – Art. 12	0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>41.836.888,01</b>	<b>100,00%</b>	<b>-</b>	<b>30,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

### 2.3. CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E SELEÇÃO DE ATIVOS

No que se refere aos critérios para **credenciamento de instituições e para seleção de ativos**, deverá ser considerada a adequação ao perfil da carteira, ao ambiente interno e à estrutura de exposição a riscos do RPPS, e análise da solidez, porte e experiência das instituições credenciadas.

Para realizar o processo de credenciamento das instituições, o RPPS utiliza-se de um **manual de credenciamento**, detalhando os documentos necessários, assim como o passo a passo do processo. O manual foi elaborado levando em consideração os critérios listados na Seção III do Capítulo VI da Portaria 1.467.

O parágrafo segundo do artigo 103 diz que “os critérios para o credenciamento das instituições deverão estar relacionados à boa qualidade de gestão, ao ambiente de controle interno, ao histórico e experiência de atuação, à solidez patrimonial, ao volume de recursos sob administração, à exposição ao risco reputacional, ao padrão ético de conduta e à aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos e ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira.”

O parágrafo terceiro traz os critérios que devem ser analisados e atestados formalmente pela unidade gestora, no momento do credenciamento de uma instituição:

I - **registro ou autorização** na forma do § 1º e inexistência de suspensão ou inabilitação pela CVM, pelo Banco Central do Brasil ou por outro órgão competente. O próprio registro ou autorização serve como documento que respalda esse item, além da consulta ao site do órgão competente, indicando se há algum ponto de observância ou suspensão da instituição;

II - observância de **elevado padrão ético** de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e **ausência de restrições** que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro. O respaldo a esse item é feito através da consulta ao site da instituição, constando os processos físicos e eletrônicos vinculados a instituição e aos responsáveis pela equipe de gestão;

III - análise do **histórico** de sua atuação e de seus principais controladores. O documento que respalda este item e os próximos dois itens é o Questionário Due Diligence;

IV - **experiência** dos profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros.; e

V - análise quanto ao **volume de recursos** sob sua gestão e administração, bem como quanto a **qualificação** do corpo técnico e **segregação de atividades**.

A seleção dos ativos levará em consideração o cenário econômico, a estratégia de alocação proposta no item acima, assim como nos objetivos a serem alcançados na gestão dos investimentos. Os ativos selecionados deverão, por obrigação da norma e desta Política, ser vinculados a instituição previamente credenciada junto ao RPPS.

### **2.3.1. Mapeamento da Seleção de Ativos**

A seleção de ativos pelo PREVDIB observará um fluxo simplificado de análise e decisão, compatível com a estrutura operacional do Instituto, assegurando aderência à legislação vigente, a esta Política de Investimentos e aos objetivos atuariais do Regime.

#### **1. Conformidade legal e credenciamento**

I – O ativo deverá estar permitido pela Resolução CMN nº 4.963/2021 e pela Portaria MTP nº 1.467/2022.

II – O produto deverá estar vinculado a instituição previamente credenciada pelo PREVDIB, nos termos do Manual de Credenciamento.

#### **2. Aderência à Estratégia de Alocação**

I – A proposta deverá ser compatível com a estratégia-alvo do exercício e com os limites de diversificação e concentração previstos nesta Política.

#### **3. Análise essencial do produto**

I – Avaliação objetiva do regulamento do fundo/ativo, liquidez, custos, histórico de rentabilidade e riscos relevantes.

II – Quando aplicável, análise de rating e qualidade de crédito dos emissores/ativos integrantes da estratégia.

#### **4. Parecer técnico e deliberação**

I – A Unidade Gestora e/ou a Consultoria de Investimentos emitirão parecer sucinto sobre a recomendação.

II – A decisão observará a Política de Alçadas:

- a) até 2% do PL – Gestor, desde que já esteja na carteira;
- b) de 2% a 20% – Comitê de Investimentos;
- c) acima de 20% ou novos produtos – Conselho Curador.

#### **5. Monitoramento periódico**

I – Os ativos serão acompanhados quanto à rentabilidade, riscos, liquidez e enquadramento à Política.

II – Desempenho insatisfatório recorrente, mudanças relevantes na gestão, riscos de crédito ou desenquadramentos poderão motivar reavaliação e substituição do investimento.

### **2.4. PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PERSEGUIDOS**

A Portaria MTP nº 1.467/2022, em seu art. 39, determina que “a taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e

contribuições do RPPS será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média – ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS”.

Além disso, nos termos do art. 4º da Seção II do Anexo VII da Portaria, a taxa de juros parâmetro poderá ser acrescida em 0,15 pontos percentuais para cada ano em que a taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais dos últimos cinco exercícios antecedentes à data focal tiver sido alcançada pelo RPPS, limitada a 0,6 pontos percentuais, conforme disciplinado pela Portaria MPS nº 2.010/2025, que atualizou a ETTJ para o exercício de 2026.

Considerando a atualização da Estrutura a Termo de Taxa de Juros pela Portaria MPS nº 2.010/2025 e a duração do passivo de 17,63 anos, calculada a partir dos fluxos atuariais da última avaliação, a consultoria atuarial Inthebra Soluções informou, por meio de comunicação oficial, que a taxa de juros real a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 2026 é de 5,52% a.a. para o plano de benefícios do PREVDIB.

Dessa forma, a taxa de juros real atuarial de referência é de 5,52% a.a. (IPCA + 5,52% a.a.), que será utilizada no cálculo atuarial do Regime.

Dessa forma, a meta atuarial a ser perseguida pelo PREVDIB em 2026 será de **IPCA + 5,67% a.a.**

Admitindo, para fins de planejamento, a projeção de inflação de 4,20% para o ano de 2026, tem-se uma meta nominal projetada de aproximadamente 9,72% a.a.

## 2.5. LIMITES PARA INVESTIMENTOS EMITIDOS POR UMA MESMA PESSOA JURÍDICA

Os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica serão definidos nos regulamentos dos fundos de investimentos que recebem aportes do RPPS. Seguindo o previsto na Resolução, para os ativos mobiliários investidos pelos fundos de investimento na carteira do RPPS, deverá ser respeitada a regra de que os direitos, títulos e valores mobiliários ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.

Ademais, no que se refere a aplicação ativos em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias (artigo 7º, Inciso IV) o RPPS deverá observar as disposições da **Resolução CMN nº 4.963/2021**, da **Portaria MTP nº 1.467/2022** e da **Lei nº 9.717/98** e prezar pelos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

O **processo de análise** desses ativos será estruturado em duas etapas:

- **Prévia à aplicação**, com avaliação de riscos, comparação de taxas e condições com produtos equivalentes, análise do rating da instituição emissora, verificação de histórico, governança e processos sancionadores na CVM e no Banco Central.
- **Pós-aplicação**, com monitoramento contínuo do emissor e das condições de mercado, conforme determina o art. 125 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Somente poderão ser adquiridos ativos emitidos por instituições que atendam ao disposto no inciso I do § 2º do art. 21 da **Resolução CMN nº 4.963/2021**, limitadas às instituições financeiras classificadas no segmento prudencial **S1** pelo Banco Central e que estejam presentes na Lista Exaustiva do Ministério de Previdência Social.

A **comparação de produtos financeiros** é obrigatória e deverá ser realizada com cotações simultâneas, em volumes equivalentes, de modo a assegurar condições justas e transparentes. O estudo prévio deverá apontar diferenças de risco e rentabilidade entre emissores e segmentos, registrando-se em ata a fundamentação para a escolha. As notas de rating dos ativos adquiridos deverão ser superiores às exigidas para fundos de crédito privado ou pelo menos ser considerado grau de investimento.

O prazo de vencimento dos instrumentos deve ser compatível com os compromissos atuariais do regime, de forma a preservar a liquidez necessária para o pagamento de benefícios em curto, médio e longo prazos e uma vez que conta com prazo de vencimento, a aplicação nos respectivos ativos deve ser precedida de atestado de compatibilidade, conforme indicado no item 2.7.

Ademais, a unidade gestora será responsável por manter **procedimentos e controles internos formalizados**, garantindo o monitoramento dos emissores e a gestão de riscos de crédito, liquidez e reputacional das emissoras dos ativos investidos. Essa sistemática deve ser documentada, assegurando conformidade regulatória e transparência nas decisões de investimento.

## 2.6 PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS

O **art. 143 da Portaria 1.467**, traz a seguinte redação:

“Deverão ser observados os princípios e normas de contabilidade aplicáveis ao setor público para o registro dos valores da carteira de investimentos do RPPS, tendo por base metodologias, critérios e fontes de referência para precificação dos ativos, estabelecidos na política de investimentos, as normas da CVM e do Banco Central do Brasil e os parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro.”

Os ativos financeiros integrantes das carteiras dos RPPS poderão ser classificados nas seguintes categorias, conforme critérios previstos no **Anexo VIII, da Portaria 1.467**:

I - disponíveis para negociação futura ou para venda imediata; ou

II - mantidos até o vencimento.

Na categoria de **disponíveis para negociação ou para venda**, devem ser registrados os ativos adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição. Esses ativos serão marcados a mercado, no mínimo mensalmente, de forma a refletir o seu valor real.

Na categoria de ativos **mantidos até o vencimento**, podem ser registrados os ativos para os quais haja intenção e capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento.

Poderá ser realizada a reclassificação dos ativos da categoria de mantidos até o vencimento para a categoria de ativos disponíveis para negociação, ou vice-versa, na forma prevista no **Anexo VIII da Portaria 1.467**.

Os títulos e valores mobiliários que integram as carteiras e fundos de investimentos devem ser marcados a valor de mercado, obedecendo os critérios recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários e pela ANBIMA. Os métodos e as fontes de referências adotadas para precificação dos ativos do RPPS são estabelecidos em seus custodiantes conforme seus manuais de apreçamento.

Os ativos da categoria de mantidos até o vencimento deverão ser contabilizados pelos seus custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, devendo ser atendidos os seguintes parâmetros:

- I - demonstração da capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento;
- II - demonstração, de forma inequívoca, pela unidade gestora, da intenção de mantê-los até o vencimento;
- III - compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS;
- IV - classificação contábil e controle separados dos ativos disponíveis para negociação; e
- V - obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos ativos adquiridos, ao impacto nos resultados atuariais e aos requisitos e procedimentos contábeis, na hipótese de alteração da forma de precificação dos ativos.

#### **2.6.1. Procedimento para Compra de Títulos Públicos Federais**

Para fins de padronização e transparência, o PREVDIB adota procedimento formal para a aquisição direta de títulos públicos federais, em consonância com a Resolução CMN nº 4.963/2021, com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e com o Manual de Compra de Títulos Públicos do Instituto.

O fluxo operacional observa, em síntese, as seguintes etapas:

I – Enquadramento à Política de Investimentos e à legislação;

a) Verificação, pelo Comitê de Investimentos e pelo Gestor de Recursos, de que o investimento em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic, está previsto na Política de Investimentos vigente, respeitando a Estratégia Alvo e os limites da Resolução nº 4.963/2021.

b) Conferência, por meio de estudos de ALM ou fluxo atuarial, da compatibilidade dos prazos de vencimento dos títulos com as obrigações futuras do RPPS, de forma a mitigar risco de reinvestimento e permitir, quando for o caso, a classificação “mantidos até o vencimento”.

## II – Seleção e credenciamento do custodiante:

- a) Realização de processo seletivo para contratação de serviços de custódia qualificada, controladoria, processamento e marcação de títulos públicos federais, com solicitação de propostas a instituições idôneas.
- b) Credenciamento prévio do custodiante escolhido, mediante assinatura de Termo de Credenciamento específico, em conformidade com o art. 23 da Resolução nº 4.963/2021 e com os modelos de termos disponibilizados pela SPREV.
- c) Abertura da conta Selic em nome do PREVDIB, para registro e liquidação das operações com títulos públicos

## III – Cotação de títulos públicos federais

- a) Envio de pedido de cotação a diversas instituições financeiras e corretoras com as quais o PREVDIB mantenha ou pretenda manter relacionamento, contendo, no mínimo: tipo de título, vencimento, volume pretendido, taxa de referência e horário limite para resposta.
- b) Comprovação, por meio do registro e arquivamento dos e-mails de cotação, de que foram consultadas as taxas praticadas no mercado e observados os parâmetros de negociação (inclusive túnel da ANBIMA, quando aplicável).

## IV – Decisão de investimento e fechamento da operação

- a) Análise comparativa das propostas recebidas, considerando taxa ofertada, condições operacionais, eventual custo de corretagem e qualidade da instituição intermediária.
- b) Deliberação pelo Comitê de Investimentos ou pelo Conselho Curador, conforme Política de Alçadas, com registro em ata da decisão, da taxa contratada e do enquadramento em relação à meta atuarial.
- c) Confirmação do fechamento da operação junto à instituição selecionada, com trava da taxa acordada e definição da data de liquidação financeira.

## V – Liquidação, registro e documentação

- a) Liquidação financeira da operação por meio da conta de movimentação do PREVDIB, com registro dos títulos sob titularidade do Instituto na conta Selic.
- b) Arquivamento das notas de corretagem, extratos da conta Selic, comprovantes de liquidação e demais documentos que demonstrem o valor, o volume e a titularidade dos títulos adquiridos, atendendo às exigências do Anexo VIII da Portaria nº 1.467/2022.

## VI – Classificação contábil e metodologia de precificação

- a) Definição, pela unidade gestora, quanto à classificação dos títulos em “disponíveis para negociação” (marcação a mercado) ou “mantidos até o vencimento” (marcação na curva),

observados os requisitos de capacidade financeira, intenção de manter até o vencimento, compatibilidade de prazos e controles segregados.

b) Para títulos classificados como “mantidos até o vencimento”, contabilização pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos, com rentabilização diária pela taxa contratada, sendo obrigatória a avaliação prévia do impacto atuarial de eventual necessidade futura de reclassificação para marcação a mercado.

VII – Guarda de evidências e atendimento às exigências da Portaria nº 1.467/2022

- a) Manutenção organizada de dossiê de cada operação, contendo: e-mails de cotação, termos de credenciamento, atas de reunião, notas de corretagem, extratos Selic, estudos de ALM/fluxo atuarial e declarações de intenção de manter até o vencimento, quando houver.
- b) Utilização desse dossiê para comprovar, perante órgãos de controle e supervisão, o cumprimento dos requisitos do Anexo VIII da Portaria nº 1.467/2022 quanto à consulta de taxas, utilização de instituições autorizadas, registro em sistema oficial e forma de precificação dos ativos.

## 2.7 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS

**RISCO DE MERCADO** - é a oscilação no valor dos ativos financeiros que possa gerar perdas decorrentes da variação de parâmetros de mercado, como cotações de câmbio, ações, *commodities*, taxas de juros e indexadores como os de inflação, por exemplo.

O PREVDIB utiliza indicadores como **VaR – Value-at-Risk, Volatilidade, Treynor, Sharpe e Drawdown** – para controle de Risco de Mercado, os quais podem ser verificados nos relatórios periódicos, bem como em um relatório mensal específico para acompanhamento de risco.

**RISCO DE CRÉDITO** - é a possibilidade de perdas no retorno de investimentos ocasionadas pelo não cumprimento das obrigações financeiras por parte da instituição que emitiu determinado título, ou seja, o não atendimento ao prazo ou às condições negociadas e contratadas.

Conforme determina o parágrafo quinto do art. 7º da Resolução 4.963, que trata das aplicações em renda fixa, “os responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social deverão certificar-se de que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimento de que trata este artigo e os respectivos emissores são considerados de baixo risco de crédito.”

A classificação como baixo risco de crédito deverá ser efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.

No que tange a aplicação feita diretamente pelo RPPS, o artigo 7º, Inciso I, alínea “a” refere-se a **títulos de emissão do Tesouro Nacional**, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Uma vez que esses são tidos como os ativos de menor risco de crédito da economia brasileira, a análise quanto a classificação de risco desse ativo não se faz necessária.

Outra possibilidade de investimento realizado diretamente pelo RPPS, enquadrado no artigo 7º, Inciso IV prevê “até 20% (vinte por cento) diretamente em **ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias** autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21”.

O inciso I do § 2º do art. 21 por sua vez, indica “o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional”.

Para facilitar o entendimento sobre quem são as instituições que atendem aos requisitos indicados acima a Secretaria de Regimes Próprios e Complementar (SRPC) criou uma “lista exhaustiva”, contendo todas as instituições do mercado que atendem os requisitos e encontram-se aptas para as aplicações indicadas acima.

**RISCO DE LIQUIDEZ** - é a possibilidade de perda de capital ocasionada pela incapacidade de liquidar determinado ativo em tempo razoável sem perda de valor. Este risco surge da dificuldade de encontrar potenciais compradores do ativo em um prazo hábil ou da falta de recursos disponíveis para honrar pagamentos ou resgates solicitados.

Conforme determina o art. 115 da Portaria 1.467/2021, “A aplicação dos recursos do RPPS deverá observar as necessidades de liquidez do plano de benefícios e a compatibilidade dos fluxos de pagamentos dos ativos com os prazos e o montante das obrigações financeiras e atuariais do regime, presentes e futuras.”

A análise de condição de liquidez da carteira do RPPS é realizada todos os meses, tomando como base a carteira de investimentos posicionada no último dia do mês anterior. Porém, possíveis adequações dos prazos as obrigações do regime devem considerar não só a parte dos ativos do regime, mas também os dados atuariais referentes ao seu passivo.

Sendo assim e atendendo ao previsto no parágrafo primeiro do artigo 115, toda aplicação que apresente prazo para desinvestimento, inclusive para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas de fundos de investimento, deverá ser precedida de **atestado elaborado pela unidade gestora**, evidenciando a compatibilidade prevista no caput.

**RISCO DE SOLVÊNCIA** - é o que decorre das obrigações do RPPS para com seus segurados e seu funcionamento. O monitoramento desse risco se dá através de avaliações atuariais e realização de estudos para embasamento dos limites financeiros no direcionamento dos recursos. Quanto a gestão dos investimentos, o RPPS buscará manter carteira aderente ao seu perfil de investidor, bem como buscará obter retornos compatíveis com as necessidades atuariais, mantendo assim, a solvência do RPPS no decorrer da vida do regime.

**RISCO SISTÊMICO** - é o risco de surgimento de uma crise de confiança entre instituições de mesmo segmento econômico que possa gerar colapso ou reação em cadeia que impacte o sistema financeiro ou mesmo afete a economia de forma mais ampla.

A análise do risco sistêmico é realizada de forma permanente pela Consultoria de Investimentos, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos que monitoram informações acerca do cenário corrente e perspectivas de forma a mitigar potenciais perdas decorrentes de mudanças econômicas.

Riscos como de crédito e de mercado podem ser minimizados compondo uma carteira diversificada, composta por ativos que se expõem a diferentes riscos e apresentem baixa ou inversa correlação, ou seja, se comportem de maneira diferente nos diversos cenários, como bolsa e dólar. No caso do Risco Sistêmico, o potencial de mitigação de risco a partir da diversificação é limitado, uma vez que este risco pode ser entendido como o risco da quebra do sistema como um todo e neste caso, o impacto recairia para todos os ativos.

A forma de mitigar o risco sistêmico é realizando acompanhamentos periódicos nas condições de mercado, no intuito de antecipar cenários de queda e realizar e rapidamente adotar uma estratégia defensiva, alocando recursos em ativos mais conservadores. Porém, é importante salientar que em cenários extremos, existem riscos até mesmo para investimentos extremamente conservadores.

**RISCO REPUTACIONAL** - Decorre de todos os eventos internos e externos com capacidade de manchar ou danificar a percepção da unidade gestora perante a mídia, o público, os colaboradores e o mercado como um todo. O controle deste risco será efetuado na constante vigilância das operações internas, por parte dos órgãos de controle internos do RPPS.

Os órgãos de controle, em suas reuniões periódicas, poderão debater e registrar em ata os assuntos abordados relacionados a todos os tipos de risco elencados acima. Ademais, a unidade gestora deverá emitir relatórios, em mesmo período e apresentá-lo aos órgãos de controle interno, contendo, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos do RPPS às normas em vigor e à política de investimentos;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com estabelecimento de cronograma para seu saneamento, quando for o caso; e

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

As conclusões, recomendações, análises e manifestações levantada deverão ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do Conselho Deliberativo.

Conforme descrito no art. 131 “Caso os controles internos do RPPS se mostrem insuficientes, inadequados ou impróprios, deverá ser determinada a observância de parâmetros e limites de aplicações mais restritivos na política de investimentos até que sejam sanadas as deficiências apontadas.”

A unidade gestora irá acompanhar os objetivos traçados na gestão dos ativos e os critérios como rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do regime e a aderência à Política de Investimentos mensalmente, através de relatório que deverá ser apresentado ao Conselho Curador e Fiscal.

### **Relatório de Conformidade**

Para atendimento ao disposto nos parágrafos anteriores, o PREVDIB elabora, por intermédio da Unidade Setorial de Controle Interno – USCI, Relatório Semestral de Verificação do Controle Interno, que abrange, entre outros, os processos de arrecadação, concessão de benefícios, compensação previdenciária e investimentos. Nesse relatório são descritas as rotinas executadas, eventuais achados de verificação, as medidas corretivas ou estruturantes recomendadas e o acompanhamento da execução dessas medidas.

No que se refere especificamente aos investimentos, o relatório apresenta, no mínimo:

- I – a análise da meta atuarial e do desempenho da carteira em relação a essa meta;
- II – a verificação do enquadramento da carteira às diretrizes desta Política de Investimentos e aos limites da Resolução CMN nº 4.963/2021;
- III – a confirmação de que o credenciamento de instituições financeiras é realizado de acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022;
- IV – a indicação de eventuais não conformidades e das providências adotadas para seu saneamento.

Esse Relatório de Conformidade/Controle Interno será apresentado, semestralmente, ao Conselho Curador e ao Conselho Fiscal, servindo como instrumento formal de monitoramento dos riscos, inclusive o risco reputacional, e podendo fundamentar a adoção de parâmetros e limites de aplicação mais conservadores, sempre que identificadas fragilidades nos controles internos ou na gestão dos investimentos.

### **2.8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RETORNO DOS INVESTIMENTOS**

O retorno esperado dos investimentos é determinado por meio da meta de rentabilidade estabelecida para o ano, informada no item 2.4. e o acompanhamento dessa rentabilidade ocorre de forma mensal através da consolidação da carteira de investimentos realizada por sistema próprio para este fim.

A avaliação da carteira é realizada de forma constante pelo Comitê de Investimentos, que buscará a otimização da relação risco/retorno, ponderando sempre o perfil de investidor do RPPS e os objetivos traçados pela gestão, indicados no item 2.2.3.

Além do desempenho, medido pela rentabilidade, são monitorados ainda indicadores de risco como volatilidade, VaR, Treynor, Drawdown, Sharpe, dos ativos de forma individual, bem como da carteira do RPPS como um todo. O monitoramento visa atestar a compatibilidade dos ativos investidos individualmente e da carteira consolidada com o mercado, com os seus respectivos *benchmarks*, com a Resolução e com esta Política. **(Anexo II)**

## 2.9. VEDAÇÕES

É vedado ao PREVDIB, conforme Resolução CMN nº 4.963/2021 e critérios estabelecidos pelo Comitê de Investimentos:

- h) Aplicar em **criptoativos, moedas virtuais ou ativos não regulados** pelo Banco Central ou CVM.
- h) Aplicar em **títulos ou valores mobiliários de emissão do ente federativo instituidor do RPPS**, suas empresas estatais, autarquias ou fundações.
- h) Realizar **operações de empréstimo, adiantamento ou concessão de garantias** a segurados, patrocinadores, entes federativos ou terceiros.
- h) Aplicar em **fundos de investimento não regulamentados pela CVM** ou que descumpram requisitos de enquadramento.
- h) Utilizar **derivativos para fins especulativos**, sendo permitida apenas sua utilização para hedge.
- h) Aplicar em **ativos sem registro em sistemas autorizados** pelo Banco Central ou CVM, exceto títulos públicos federais marcados na curva.
- h) Manter **concentração de recursos acima dos limites regulamentares**, inclusive de forma indireta por meio de fundos de investimento.
- h) Aplicar em **ativos em inadimplência, default, intervenção ou liquidação extrajudicial**, ou com rating inferior ao mínimo exigido.

## 2.10. PLANO DE CONTINGÊNCIA

Algumas medidas devem ser tomadas como forma de mitigar o risco dos investimentos no que se refere a descumprimento dos limites e requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.963 e nesta Política de Investimentos.

Tão logo seja detectado qualquer descumprimento, quem o detectou deverá informar ao Comitê de Investimentos que convocará reunião extraordinária no mais breve espaço de tempo para que tais distorções sejam corrigidas.

Caso seja considerado pelo Comitê de Investimentos que na carteira do RPPS haja algum ativo investido com excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos, deverá ser formalizada à Diretoria Executiva uma solicitação para que esta proceda imediatamente com o pedido de resgate.

Se houver prazo de carência, conversão de cotas ou outro obstáculo ao imediato resgate dos recursos, deverá o Comitê de Investimentos elaborar relatório, com periodicidade trimestral, detalhando a situação com as medidas tomadas e perspectivas de resgate do referido investimento e apresentá-lo aos órgãos de controle interno e externo, conforme determina o inciso VI do art. 153 da Portaria MTP 1.467.

O acompanhamento de eventuais aplicações será realizado através de comunicação contínua entre a Diretoria e os gestores atuais dos fundos. Além disso, serão acompanhadas as assembleias, fatos relevantes, comunicados dos cotistas, dentre outros documentos oficiais e

será dada ciência ao Conselho Curador e Fiscal e aos membros do Comitê de Investimentos, para que haja uma maior transparência sobre o processo de desinvestimento dos fundos.

## 2.12. RESGATE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM COTA NEGATIVA

A presente política de investimentos busca estabelecer parâmetros claros e processos robustos para o resgate de cotas de fundos de investimentos, especialmente em situações em que a cota na data do resgate corresponde a um valor menor do que o inicialmente investido. Este documento visa assegurar a conformidade com as normativas vigentes, promover a transparência e garantir a prudência na gestão dos recursos do **PREVDIB**.

Qualquer decisão de resgate de cotas de fundos de investimentos, particularmente quando houver prejuízo, deverá ser fundamentada em estudos técnicos robustos. Esses estudos devem avaliar a viabilidade de manter os recursos aplicados, considerando os seguintes aspectos:

- **Estratégia de alocação de ativos:** Revisar a composição da carteira de investimentos e verificar se a manutenção das cotas é consistente com a estratégia de diversificação e os objetivos do RPPS.
- **Horizonte temporal do investimento:** Avaliar o período previsto para a recuperação dos ativos e comparar com o horizonte temporal dos compromissos do RPPS.
- **Perspectiva de recuperação do mercado:** Analisar cenários econômicos e financeiros que possam indicar a recuperação dos ativos no curto, médio e longo prazo.
- **Objetivos de curto e longo prazos do RPPS:** Considerar as metas financeiras e atuariais estabelecidas para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

O processo de resgate de cotas com prejuízo deve seguir os seguintes passos:

- **Elaboração de Estudos Técnicos:** Deverá ser solicitado à consultoria de investimentos estudos técnicos detalhados que justifiquem a decisão de resgate. Estes estudos serão debatidos pelos membros do Comitê de Investimentos com ou sem a participação de um representante da consultoria contratada e serão realizadas as deliberações necessárias.
- **Documentação e Aprovação:** Todos os estudos e análises devem ser documentados e anexados à ata do Comitê de Investimentos do **PREVDIB**. A decisão de resgate deve ser aprovada por este órgão, garantindo a transparência e a responsabilidade na tomada de decisões.

Conforme Nota Técnica SEI nº 296/2023/MPS, a decisão de resgate em carteiras diversificadas deve ser guiada por estratégias bem fundamentadas de reequilíbrio. Portanto, a atual política de investimentos busca ser dinâmica e adaptável, refletindo a realidade do mercado financeiro e as necessidades específicas do regime. A implementação de um processo decisório estruturado e bem documentado, embasado em estudos técnicos detalhados, é essencial para assegurar a transparência, a conformidade normativa e a prudência na gestão dos recursos previdenciários. A flexibilidade para realizar resgates permite uma alocação dos recursos mais

adequada, de maneira a minimizar riscos e buscar melhores retornos, garantindo assim a solidez e a sustentabilidade do RPPS.

### 3. TRANSPARÊNCIA

Além de estabelecer as diretrizes para o processo de tomada de decisão, **esta Política de Investimentos busca ainda dar transparência à gestão dos investimentos do RPPS.**

O **Art. 148 da Portaria 1.467** determina que o RPPS deverá disponibilizar aos segurados e beneficiários, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I - a política de investimentos, suas revisões e alterações, no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da data de sua aprovação;

II - as informações contidas nos formulários APR, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;

III - a composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do mês;

IV - os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas e de contratação de prestadores de serviços;

V - as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;

VI - a relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento; e

VII - as datas e locais das reuniões dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos e respectivas atas.”

Além destes, o art. 149 define que a unidade gestora do RPPS deverá manter registro, por meio digital, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação de recursos e daqueles que demonstrem o cumprimento das normas previstas em resolução do CMN e o envio tempestivo do DPIN (Demonstrativo da Política de Investimento) e do DAIR (Demonstrativo da Aplicação e Investimento dos Recursos), conforme descrito no parágrafo único do art. 148 da Portaria 1.467.

### 4. DISPOSIÇÕES FINAIS

A comprovação da elaboração da presente Política de Investimentos, conforme determina o art. 101 da Portaria 1.467, ocorre por meio do envio, pelo CADPREV, do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN – para a Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS. **Sua**

**aprovação pelo Conselho ficará registrada por meio de ata de reunião cuja pauta contemple tal assunto, sendo parte integrante desta Política de Investimentos.**

Atendendo ao **parágrafo nove do art. 241 da Portaria 1.467**, *“Os documentos e bancos de dados que deram suporte às informações de que trata este artigo deverão permanecer à disposição da SPREV pelo prazo de 10 (dez) anos e arquivados pelo ente federativo e unidade gestora do RPPS, preferencialmente de forma digital.”*

Dois Irmãos do Buriti - MS, data

---

**Alexandre Ribeiro**  
Presidente do PREVDIB

---

**Marcos Savitraz**  
Presidente do Conselho Curador

# ANEXOS

## 5. ANEXOS

### ANEXO I – Metodologia de projeção de investimentos:

A metodologia utilizada para projetar o “valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos” leva em consideração todos os índices de referência dos fundos de investimentos enquadrados com a Resolução CMN nº 4.963/2021, classificados como Renda Fixa, Renda Variável, Investimento no Exterior e Multimercado, conforme detalhe a seguir:

- Para os índices de renda fixa, com exceção dos pós-fixados, será considerado a taxa indicativa da ANBIMA do fechamento do mês anterior;
- Para os ativos pós-fixados (CDI), será considerado o vértice de 12 meses à frente, indicado na curva de juros do fechamento do mês anterior;
- Em virtude do alpha acima das taxas de negociação envolvendo títulos públicos, investimentos que contenham ativos de emissão privada serão projetados considerando 120% da projeção do CDI;
- Para os ativos de renda variável do Brasil será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do Ibovespa;
- Para os ativos de renda variável dos Estados Unidos, será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do S&P 500, acrescido da expectativa para o dólar contida no último Relatório Focus do Banco Central;
- Para os ativos de renda variável dos Estados Unidos, que utilizem proteção cambial, será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do S&P 500;
- Para os ativos de renda variável do exterior, será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do MSCI World, acrescido da expectativa para o dólar contida no último Relatório Focus do Banco Central;
- Para os ativos de renda variável do exterior, que utilizem de proteção cambial, será considerado o retorno médio histórico dos últimos 60 meses do MSCI World;

Além disso, será considerado ainda o resultado da Análise do Perfil do Investidor (*Suitability*) definindo o perfil do RPPS como conservador, moderado ou agressivo, conforme descrito no item 2.2.3 desta Política de Investimentos.

É definida uma carteira padrão para cada perfil.

Com base nessa carteira e na distribuição entre os índices de renda fixa e variável citados, é definido o “valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos”.

Por fim, tal resultado é comparado à “taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS” e então, há a escolha da meta atuarial a ser perseguida – no item 2.4 – considerando os objetivos do RPPS, o perfil da carteira e de risco, a viabilidade de atingimento da meta e os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações previstos na **Resolução 4.963**.

Considerando os diversos tipos de investimento disponíveis para aplicação de RPPS, divididos pelo segmento, tomando como base a metodologia descrita acima e dados coletados no fechamento do mês anterior ao da elaboração dessa Política, chegamos aos seguintes valores de projeções para os diversos ativos de forma individual:

Índices	Desvio-Padrão Anual	Retorno Real Projetado 12 meses
IFIX	8,97%	-1,40%
CDI	2,25%	9,50%
Fundos Crédito Privado - 105% CDI	2,36%	9,98%
IDkA IPCA 2 Anos	2,85%	8,46%
IDkA Pré 2 Anos	4,97%	8,74%
IMA Geral Ex-C	3,16%	9,05%
IMA-B	5,14%	7,97%
IMA-B 5	2,64%	8,66%
IMA-B 5+	8,01%	7,43%
IRF-M	4,44%	9,23%
IRF-M 1	2,44%	9,94%
IRF-M 1+	5,83%	8,84%
Carteira Títulos Públicos ALM*	-	-
Fundos Multimercados - 100% CDI	2,36%	9,50%
Ibovespa	18,70%	3,66%
S&P 500 (moeda original)	15,97%	8,33%
S&P 500	15,88%	7,51%
MSCI World (moeda original)	15,64%	6,54%
MSCI World	14,84%	5,63%
Carteira Títulos Privados ALM*	-	-

**\*Os valores de rentabilidade dependerão das taxas acordadas no momento da compra ou do comportamento dos preços do ativo, no caso da marcação a mercado. O desvio-padrão (volatilidade) estimado também dependerá da forma de marcação do ativo**

#### ANEXO II – Relatórios de acompanhamento:

Conforme exposto no item 2.7 da Política de Investimentos, o Relatório de Risco de Mercado visa atestar a compatibilidade dos ativos investidos com o mercado, com os seus respectivos *benchmarks* avaliando indicadores como volatilidade, VaR, Treynor, Drawdown, Sharpe.

**VaR (252 d.u):** O Value at Risk é uma medida estatística que indica a perda máxima potencial de determinado ativo ou determinada carteira em determinado período. Para o seu cálculo, utiliza-se o retorno esperado, o desvio padrão dos retornos diários e determinado nível de confiança probabilística supondo uma distribuição normal. Seu resultado pode ser interpretado como, quanto mais alto for, mais arriscado é o ativo ou a carteira. Dado o desempenho da Carteira nos

últimos 12 meses, estima-se com 95% de confiança que, se houver uma perda de um dia para o outro, o prejuízo máximo será de X%.

**Volatilidade:** Volatilidade é uma variável que representa a intensidade e a frequência que acontecem as movimentações do valor de um determinado ativo, dentro de um período. De uma forma mais simples, podemos dizer que volatilidade é a forma de medir a variação do ativo. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio. Estima-se que os retornos diários da Carteira, em média, se afastam em X% do retorno diário médio dos últimos 12 meses.

**Treynor:** Similar ao Sharpe, porém, utiliza o risco do mercado (Beta) no cálculo em vez da volatilidade da Carteira. A leitura é a mesma feita no Sharpe, quanto maior seu valor, melhor performa o ativo ou a carteira. Valores negativos indicam que a carteira teve rentabilidade menor do que a alcançada pelo mercado. Em 12 meses, cada 100 pontos de risco a que a Carteira se expôs foram convertidos em uma rentabilidade X maior que a do mercado.

**DrawDown:** Auxilia a determinar o risco de um investimento, indicando quão estável é determinado ativo, ao medir seu declínio desde o valor máximo alcançado pelo ativo, até o valor mínimo atingido em determinado período. Para determinar o percentual de queda, o Draw-Down é medido desde que a desvalorização começa até se atingir um novo ponto de máximo, garantindo, dessa forma, que a mínima da série representa a maior queda ocorrida no período. Quanto mais negativo o número, maior a perda ocorrida e, conseqüentemente, maior o risco do ativo. Já um Draw-Down igual a zero, indica que não houve desvalorização do ativo ao longo do período avaliado.

**Sharpe:** Trata-se de um indicador de performance utilizado no mercado financeiro para avaliar a relação risco-retorno de um ativo através da diferença entre o retorno do ativo e o ativo livre de risco, com o CDI sendo comumente utilizado como proxy deste, dividido pela volatilidade. Portanto, quanto maior o índice de Sharpe do ativo, melhor a sua performance. Em 12 meses, o indicador apontou que para cada 100 pontos de risco a que a Carteira se expôs, houve uma rentabilidade X maior que aquela realizada pelo CDI.

O relatório de Risco de Desenquadramento com a Resolução CMN 4.963 e conformidade busca comprovar a compatibilidade dos investimentos com os critérios e limites expostos na Resolução CMN nº 4.963/2021.

O Relatório de Aderência à Política de Investimentos visa comprovar a aderência dos investimentos com todos os critérios e limites previstos nesta Política, como os limites expostos no item 2.2.4 (Estratégia de alocação), os quais seguindo as normas da alínea “e” do inciso I do artigo 102 da Portaria 1.467, não devem replicar os limites previstos na Resolução 4.963, trazendo a este relatório, um caráter diferente do Relatório citado acima que se refere a aderência a Resolução 4.963.

O Relatório de Aderência aos Benchmarks visa comprovar a compatibilidade da rentabilidade dos fundos investidos com os seus respectivos benchmarks, no intuito de identificar se os fundos apresentam resultados discrepantes em relação ao mercado, bem como em relação a sua referência.